



# AEPET

## NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 349- Julho / 2008

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 9912179595

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

## FÉRTIL É O BRASIL BRASILEIRO

**É** muito contraditória a atual situação da agricultura brasileira. Ela está sob controle de multinacionais, enquanto os agricultores brasileiros não têm acesso aos fertilizantes, direto da fábrica. O Comitê em Defesa dos Pequenos Agricultores, criado em 2008, denuncia que, hoje, após a desestatização da Petrofértil, em 1993, encontraram fertilizantes a preços absurdos: US\$ 450 a tonelada, o que corresponde a 65% do fertilizante que consome. Este é o modelo dependente, no qual o País foi lançado há 15 anos atrás, com o fatídico Programa Nacional de Desestatização (PND), do governo Collor. Não dá para aceitar um grande país como o Brasil, de sólo fértil, com forte potencial da agricultura familiar, estar dependente de multinacionais. De auto-suficiente, o País passou a depender da indústria de fertilizantes estrangeira, oligopolizada pela Bunge, Mosaic/Cargil e Yara.

Na década de 1990, a AEPET já advertia a sociedade brasileira de que tal situação de dependência poderia ocorrer, caso o governo Collor levasse a termo o PND, notadamente com a desestruturação do Grupo Petrofértil, de importância estratégica para o País. Passados 15 anos da referida privatização, a sociedade brasileira retomou forte campanha para mudar tal quadro, e os primeiros sinais de vitória estão surgindo no horizonte. No entanto, os brasileiros deverão mostrar capacidade de unidade e firmeza para que a vitória se concretize.

Segundo informou o Sindiquímica-PR, o desenvolvimento da agricultura brasileira só foi possível porque o Estado decidiu realizar um grande esforço de investimentos para dotar o Brasil de uma

indústria de matérias-primas para fertilizantes nitrogenados e fosfatados, cujo montante investido se estima em cerca de US\$ 2 bilhões.

Depois de uma fracassada experiência do setor com a iniciativa privada, em 1976 foi criada a Petrobrás Fertilizantes (Petrofértil), que reuniu cinco empresas: Ultrafértil, Nitrofértil, ICC, Goiásfértil e Fosfértil, além das Arafértil e Indag. Com as crescentes altas do petróleo e dos alimentos, hoje, aumenta em muito de importância o retorno da Petrobrás ao setor de fertilizantes, fator preponderante para se fazer justiça social em segurança alimentar do povo brasileiro.

Em 1990, com a instituição do Decreto 9.643, o trator neoliberal do governo Collor esmagou a Petrofértil. A AEPET, demais entidades, e parlamentares iniciaram campanha nacional contra tal crime, que na análise da AEPET era o prenúncio de um futuro ataque ao Sistema Petrobrás. Avaliação correta. Em 1997, com a criação da Lei 9478/97, o monopólio estatal do petróleo foi quebrado. Hoje, o setor petrolífero brasileiro foi invadido por diversas empresas estrangeiras, uma real ameaça à soberania nacional. No momento, a sociedade está exigindo urgente mudança na Lei 9478/97, para que prevaleçam os interesses nacionais, notadamente com a descoberta da chamada área do pré-sal.

Em seu boletim nº 01, de fevereiro de 1992, a AEPET avaliava que o processo de desestatização do setor de fertilizantes causou apreensão, sobretudo por ter desestruturado o Grupo Petrofértil como um todo, não apenas uma ou outra empresa do grupo. Estava claro que a intenção dos neoliberais era entregar, de bandeja, e com financiamento do BNDES, o setor às multinacionais.

Continua na pág 3

**GABRIELLI  
ENFRENTA DOIS  
LOBISTAS DE  
PESO E SE SAI  
BEM**  
PÁG. 2

**REACTUEI,  
ESTOU  
ARREPENDIDO!  
E AGORA?**  
PÁG. 2

**O ENGODO  
ENRON**  
PÁG. 4

**A PETROBRÁS E OS RUFIOES** Pág.3



## GABRIELLI ENFRENTA DOIS LOBISTAS DE PESO E SE SAI BEM

### Editorial

Em audiência pública no Senado Federal, o presidente da Petrobrás, José Sergio Gabrielli, enfrentou dois lobistas: Haroldo Lima, diretor da Agência Nacional do Petróleo, e João Carlos de Luca, presidente do IBP e da Repsol, que pertence ao banco Santander, braço do Scotland National Bank Co, portanto, capital Anglo-Americano-Holandês, que usa as empresas "espanholas" com dois objetivos: esconder a origem do capital e ter melhor acesso à América Latina. A Repsol deu um golpe de cerca de US\$ 2 bilhões na Petrobrás pela troca de ativos com a Refap. Está em toda a América Latina, onde tem petróleo e está trabalhando na privatização da Pemex. Tem um acesso incondicional à grande mídia e consegue espaço onde quiser, inclusive no Congresso Nacional.

Haroldo Lima, diretor da ANP, é uma prova de que as agências reguladoras não podem ficar com a autonomia pregada pelos neoliberais: Lima foi durante 60 anos um defensor ferrenho do patrimônio e da soberania nacional. Em 2 meses de ANP, se tornou um dos maiores entreguistas do país. Ainda bem que ele comete várias impropriedades.

Gabrielli esteve quase perfeito: propôs a mudança do marco regulatório, que entrega o petróleo para quem produz e dá à União no máximo 40% da lava. Só faltou dizer que nos países exportadores, a média de participação da União é 84%. Seria querer muito. No próximo "AEPET Notícias" voltaremos ao assunto, com mais detalhes.

### Expediente

**AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás**  
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134  
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

**Presidente:** Heitor Manoel Pereira

**Vice:** Diomedes Cesário da Silva

#### Diretoria

**Comunicações:** Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho

**Administrativo:** Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes

**Pessoal:** Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma

**Cultural:** Silvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo

**Jurídico:** Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

#### Conselho Fiscal

**Efetivos:** Hamilcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates

**Suplentes:** Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C.Rossi

#### Núcleos

**Aepet-Bahia:** Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

#### Delegados

**Juiz de Fora:** Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S.José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelman José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

#### Redação

**Jornalista Responsável:** José Carlos Moutinho (Mtb 24460)

**Reportagem:** José C. Moutinho

**Fotografia:** Alessandra Bandeira

**Projeto Gráfico:** Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

**Arte:** Alessandra Bandeira

**Diagramação:** Alessandra Bandeira

**Impressão:** Jornal do Commercio

**Tiragem:** 21 mil exemplares

**Correio Eletrônico:** aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

## COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Dir. de Assuntos de Pessoal

### REPACTUEI, ESTOU ARREPENDIDO! E AGORA?



Nos últimos dias, a AEPET e outras associações vêm recebendo uma verdadeira enxurrada de consultas de participantes que repactuaram e estão arrependidos, perguntando o que fazer para desrepactuar.

Para atender a essas consultas procuramos conversar com advogados e concluímos que a solução é jurídica. Os arrependidos podem conseguir a desrepactuação através de uma ação judicial bastante simples.

Uma das dúvidas que também ocorre aos arrependidos é quanto à necessidade de devolverem o que receberam. Para isto, também há solução.

Entretanto, por razões óbvias, a solução só poderá ser explicada ao interessado pelo advogado, de vez que não iremos publicar o modo de resolver o problema, para não dar armas aos adversários.

Por que agora está acontecendo essa avalanche de pessoas arrependidas?

A resposta é simples. Primeiro porque viram que as promessas da FUP/Petrobrás/Petros não fo-

ram cumpridas, a não ser o pagamento do prêmio de repactuação. Não está havendo a correção das pensões nem o pagamento de outras benesses alardeadas.

Segundo, porque viram que o Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) não passa de um engodo para fazer com que a Petrobrás não pague o que deve ao Fundo Petros.

Por outro lado, surge agora a notícia de que o RH da Petrobrás propõe uma PLR bem menor para o pessoal da ativa, sob o pretexto de que o lucro da Empresa foi diminuído pelos gastos da repactuação em cerca de 1,7 bilhões de reais! Porém, perguntamos: a quem interessava mais a repactuação?

#### À Empresa, naturalmente!

Não fosse isso, porque oferecer três salários ou quinze mil reais a quem repactuassem? Hoje, quem repactuar não mais recebe esse dinheiro!

Outra coisa que vem alertando aos participantes é que está pacificado no TST decisão

favorável às ações de níveis salariais para repor os índices dados ao pessoal da ativa e negado aos aposentados e pensionistas. Tanto é verdade, que a empresa decidiu dar abono aos ativos no último Acordo Coletivo, em vez de níveis. Com isso penalizou duplamente seus empregados: aos ativos, porque abono não incorporado ao salário. Aos aposentados, porque não terão direito aos abonos.

Além disso, a grande ameaça utilizada pelo trio FUP/Petrobrás/Petros de repartir o déficit do Fundo com seus participantes acaba de cair por terra no Supremo Tribunal Federal, que decidiu, por unanimidade, que o déficit cabe à Patrocinadora-Instituidora e não aos participantes!

Por todas essas razões, os arrependidos, poderão procurar a AEPET e outras associações, pois estamos prontos a ajudá-los no procedimento para desrepactuar.

### VENHA FAZER PARTE DA AEPETE APROVEITE NOSSOS BENEFÍCIOS!

A direção da AEPET aprovou um convênio com a Unimed, que irá beneficiar os associados da entidade e seus familiares. Filhos de qualquer idade podem participar do plano. O preço em média, fica 30% mais barato que o praticado no mercado. O Sistema Nacional Unimed abrange 70% de todo território brasileiro, presente em 5 mil municípios, com mais de 4.832 hospitais credenciados, além de 63 hospitais próprios, 8.700 pontos de atendimento, entre clínicas, centros de diagnósticos, laboratórios, e ainda 103 mil médicos cooperados. O Unni Clube de Benefícios é uma empresa especializada em gerar benefícios e serviços que venham atender a expectativa e demanda das entidades de classe. É assim que nasce a UnniAEPET, com abrangência nacional.

Os Associados poderão espontaneamente indicar para o plano os seus filhos, netos, pai, mãe, sogro, sogra, irmãos e irmãs. Serão ofertados três tipos de plano:



Básico, com acomodação em enfermaria; Especial, em quarto privativo com banheiro e direito a acompanhante; Executivo, quarto privativo com banheiro e direito a acompanhante em rede hospitalar de alto custo (rede diferenciada). Há assistência ambulatorial, consultas médicas em todas as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, bem como suas áreas de atuação. O plano oferece também exames de análise e patologia clínica, cobrindo as despesas efetuadas com exames realizados fora do regime de internação hospitalar. As pe-

quenas cirurgias e atendimentos ambulatoriais também estão cobertos, assim como despesas hospitalares decorrentes de diárias de internação, inclusive em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e Unidade de Isolamentos ou similares, sem limite de quantidade. Serviços complementares de diagnose e terapia para controle da evolução do tratamento, até a alta hospitalar, além de medicamentos materiais e uso de toda aparelhagem indispensável ao tratamento, utilizados durante o período de internação hospitalar. Há também benefício para casos de internação psiquiátrica.

#### PLANO NACIONAL

FAIXAS ETÁRIAS	BÁSICO (Enfermaria)	ESPECIAL (Apartamento)	EXECUTIVO (Apartamento)
0 a 18 anos	R\$ 75,84	R\$ 90,80	R\$ 138,40
19 a 23 anos	R\$ 88,11	R\$ 119,10	R\$ 178,85
24 a 28 anos	R\$ 111,85	R\$ 134,22	R\$ 201,34
29 a 33 anos	R\$ 126,54	R\$ 151,84	R\$ 227,76
34 a 38 anos	R\$ 130,20	R\$ 156,24	R\$ 234,36
39 a 43 anos	R\$ 145,89	R\$ 179,37	R\$ 281,06
44 a 48 anos	R\$ 185,79	R\$ 222,95	R\$ 334,41
49 a 53 anos	R\$ 219,39	R\$ 262,99	R\$ 394,40
54 a 58 anos	R\$ 325,91	R\$ 389,23	R\$ 610,13
Acima de 59 anos	R\$ 454,26	R\$ 545,10	R\$ 817,88



## FÉRTIL É O BRASIL BRASILEIRO

A AEPET ressaltava que o setor de fertilizantes é estratégico para qualquer economia e que, no caso brasileiro, deverá desempenhar "papel de máxima relevância para a retomada do processo de desenvolvimento econômico do País". Tal avaliação da entidade ainda está atualíssima. Como falar em democracia e justiça social, com alimentos cada vez mais caros? Reestatizar o setor de fertilizantes, é garantia de mesa farta e barata ao povo.

Em 1992, a AEPET prognosticava, ainda, que o PND poderia se transformar em instrumento de "transferência de propriedade estatal para privada" e desestruturar um segmento industrial cujo papel é de máxima relevância para o País. E foi o que aconteceu: transferência do poder estatal para o privado das multinacionais.

Conforme ressaltou o Sindiquímica-PR, corroborando com o que afirmara o técnico da Petrobrás, Ali Aldersi Saab, em sua apresentação no Workshop XistoAgrícola, em abril/2008, entre os compradores da Fosfértil S/A, o principal acionista foi a Holding Fertifós, criada por um grupo de misturadoras fertilizantes (Manah, Solorrigo, IAP, Cooperativa Cotia, Fertibrás, Fertiliza, Takenaka, Fertipar) visando participar do leilão de privatização acima citado. Ao longo dos anos, fusões e aquisições mudaram a composição da Holding, ficando hoje basicamente a Bunge, através da Manah e IAP, com 52,31%, Mosaic/Cargil através da Solorrigo e Fertiliza, com 33,07%, e Yara (Fertiliza e Trevo), com 12,76%, além de Fertipar, com 1,37%. Até 1992, a Petrobrás dominava o setor, com 100% (Forfértil e Ultrafértil).

Segundo afirmou Aldersi Saab (2008), "com os dados disponíveis sobre o *market share* do mercado de fertilizantes no Brasil, estimou-se o Índice Herfindahl – Hirshman (HHI) cujo valor se situou em torno de 2.463. Os organismos de proteção à concorrência dos Estados Unidos da América definem como altamente concentrados mercados com HHI superiores a 1800. **Assim, baseando-se na regra americana, pode-se concluir que o mercado de fertilizantes no Brasil se con-**

figura como um oligopólio".

**O Comitê em Defesa dos Pequenos Agricultores**, em manifesto à sociedade brasileira, no dia 12/05/08, apresentou ao Governo Lula oito pontos. No terceiro ponto, o Comitê propõe a criação de novas produtoras de fertilizantes, sobre controle do Estado brasileiro, com cotas para o agricultor. "Como medida imediata, apoiamos a construção de novas produtoras de fertilizantes compostos, porém que estejam sobre o controle da empresa Petrobrás. É necessário o retorno da Petrobrás ao setor, ao invés de uma *holding* de produtores de soja, como chegou a ser sinalizado pelo governo. Sobre tudo, porque é preciso garantir uma cota diferenciada no preço dos fertilizantes para o agricultor familiar e camponês".

Além do Comitê de Pequenos Agricultores, outras entidades da sociedade brasileira e parlamentares, como, por exemplo, tem se destacado o deputado federal Dr. Rosinha, promoveram, no dia 12/05, audiência pública na Assembléia Legislativa do Paraná, na qual lançaram as propostas de reestatização da empresa Ultrafértil/Fosfértil; quebra do oligopólio das transnacionais; redirecionamento da política de financiamentos para o pequeno produtor; controle estatal sobre o preço dos fertilizantes, com papel da Petrobrás; interrupção imediata na criminalização dos movimentos sociais; incentivo ao modelo agroecológico, embrião de uma matriz agrícola futura, entre outras propostas.

Para parlamentares e diversas lideranças da sociedade brasileira, presentes àquela audiência, a retomada das atividades da Petrobrás na área de fertilizantes amenizaria os efeitos do oligopólio que domina o setor no país. O encontro reuniu especialistas, movimentos sociais, parlamentares e integrantes do poder público. Cerca de 200 pequenos produtores rurais, vindos de mais de dez municípios do Estado, também participaram da audiência. O diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, compareceu ao evento. "Precisamos fazer balanços também numa série de outras áreas privatizadas", disse. "A Petrobrás deve voltar a pôr a Nitrofértil na ativa, além de as-

sumir a importação e a distribuição de matéria-prima, principalmente considerando que fertilizantes é um produto fundamental na produção de alimentos, sendo, portanto, tão ou mais estratégico do que o petróleo". Nesse sentido, Siqueira ressaltou que "a Petrobrás tem um papel fundamental nisso, pois ela produz hidrogênio e nitrogênio, que são insumos para a produção de alimentos nitrogenados. Hoje, nós temos um cartel internacional que oligopoliza o fornecimento de fertilizantes e não vende em menores quantidades para os pequenos agricultores, prejudicando enormemente a agricultura familiar".

**Sinais positivos no horizonte** – A mobilização da sociedade brasileira parece estar surtindo seus primeiros sinais de esperança no horizonte. O Jornal do Commercio, de 10/06/08, noticiava: "O governo quer reduzir a dependência externa dos fertilizantes e ampliar a oferta, visando um conseqüente aumento na produção de alimentos". A mesma matéria, entre outras propostas, noticiou que a estatal planeja construir novas unidades de fertilizantes no País, em meio à forte demanda pelo produto, e deve voltar a licitar reservas de potássio que possui na Amazônia e para as quais não encontrou compradores em tentativas anteriores.

Jornal Monitor Mercantil, de 10/06/08, noticiou que as diretorias da Petrobrás e da Vale do Rio Doce serão chamadas pelo governo para estudar a possibilidade de elevar, no curto prazo, a produção de insumos destinados à produção de fertilizantes, de modo a reduzir a dependência brasileira das importações de adubos. O governo pretende, no longo prazo, elevar a oferta interna para que o Brasil produza 80% dos adubos que consome.

São os primeiros sinais de uma possível mudança de rumo no setor de fertilizantes no Brasil. Mas será preciso que a sociedade brasileira permaneça mobilizada para que a "vontade política" saia da teoria (do papel) para a prática, pois o País não pode suportar mais a dependência, que antes não existia. Essa contradição insuportável e incompreensível deve ser solucionada. (JCM)

## A PETROBRÁS E OS RUFIÕES

### Geopolítica do Petróleo

Argemiro Pertence

O diário francês "Le Monde", em sua edição de 11 de junho deste ano, publicou um editorial com o título "La revanche du Sud" (A revanche do sul) onde aponta para algumas alterações no atual cenário mundial globalizado. O chamado "Sul", na linguagem de hoje, não se refere necessariamente aos países do hemisfério sul, mas aos países excluídos do chamado G-7, composto pelos EUA, os ricos países europeus e o Japão. No "Sul" estão incluídas, inclusive, a Rússia, a China e a Índia.

Pois o "Le Monde" aponta, não sem um certo ar de lamúria que, enquanto a China, a Índia e o Brasil vão crescer, em 2008, a taxas próximas de 6 ou 7%, os EUA e os países ricos da chamada "zona do euro" terão crescimentos medíocres, na faixa de 1,5%, inferiores mesmo às suas taxas de inflação projetadas.

Empresas e fundos soberanos do sul estão se apropriando de grande parte do controle de empresas do Norte rico. Informa o "Le Monde" que, segundo dados do FMI os países do Sul investiram algo como 1 trilhão de dólares nos mercados do Norte no ano passado. A título de exemplo, fundos estatais chineses detêm hoje parcela significativa do capital de dois dos maiores grupos financeiros dos EUA - o Citigroup e o Morgan Stanley.

É justamente neste contexto que cabe fazer uma avaliação do desempenho da Petrobrás, a maior empresa brasileira e uma das atuais gigantes do petróleo em âmbito global. É verdade que, aproveitando-se de sua atual alta rentabilidade nos negócios, a Petrobrás tem investido no exterior, particularmente na América Latina, mas ainda mui timidamente no Norte. Em contrapartida, assusta-nos a profusão de parcerias que a empresa vem aceitando nos seus negócios domésticos, especialmente no segmento de exploração e produção no mar territorial brasileiro.

Uma empresa séria procura parceiros, basicamente, por três razões: carência de capital ou de tecnologia e excesso de risco. A Petrobrás não se enquadra em nenhum dos três casos. Capital não é problema. Os lucros da empresa, nos últimos 10 anos têm sido astronômicos. Em relação à tecnologia, a Petrobrás, em seu campo, é líder mundial há décadas no desenvolvimento e domínio de tecnologias para exploração e produção em águas profundas e parte agora para mais um salto tecnológico, ao descobrir áreas muito promissoras abaixo da camada de sal, na plataforma continental brasileira, em águas ultra-profundas. Quanto ao risco do negócio, a situação é idêntica. A Petrobrás foi progressivamente criando "expertise" e hoje suas chances de sucesso nesta nova fase são consideráveis.

Ainda assim, nas novas descobertas ocorridas, especialmente na Bacia de Santos, tomamos conhecimento que há parceiros do Norte que irão usufruir dos bônus que a parceria com a Petrobrás lhes confere. No caso da exploração e produção de petróleo e gás no mar brasileiro, a regra do jogo vigente é clara em ensinar que empresas na situação da Petrobrás deveriam dispensar taxativamente qualquer oferta de parceria. No entanto, a Petrobrás as tem. Durma-se com um barulho desses!

Esta análise simples demonstra que há algo de muito mal explicado na empresa. Entretanto, esta semana, mais uma vez, seu presidente foi a Nova York explicar aos investidores do Norte como andam os negócios da empresa e informá-los o, quanto eles vão ganhar com isto.

**Há algo de podre no reino da Dinamarca...**



## OUÇA



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET: [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)

## ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br) Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.

# O ENGODO ENRON

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), realizaram no dia 03/06, no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ - Campus da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, o lançamento do "Ciclo de Palestras sobre Petróleo no Cinema", com a exibição do filme "Enron: The Smartest Guys in the Room". O Ciclo seguiu com "Syriana - A Indústria do Petróleo" (10/06), "Uma Verdade Inconveniente" (17/06) e "Ouro Negro" (24/06).

Para o diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, que compareceu ao evento, o filme trata da petrolífera norte-americana Enron, que foi de um engodo para o povo norte-americano e a opinião pública internacional. "A Enron, associada com os bancos e com a mídia, enganou o povo norte-americano, revelando os problemas resultantes da desregulamentação do setor energético nos EUA". Siqueira disse que o filme revelou, também, a utilização dos meios de comunicação para gerar propaganda tendenciosa". Segundo ele, o objetivo maior daquela exibição sobre a Enron era impressionar os estudantes. Os comentaristas daquele ciclo se empenharam por transmitir uma imagem positiva quanto à desregulamentação de setores estratégicos, como, por exemplo, o petrolífero, permitindo, por via da liberdade do capital, demonstrar "eficiência", ensejando a liberdade das empresas estrangeiras no Brasil para, supostamente, nos "beneficiar com seus investimentos".

O primeiro ponto relativo ao filme sobre a Enron, que Siqueira destacou, é quanto à propaganda da tese de empresa moderna, supereficiente e de vanguarda. Para Siqueira, esta tese "é uma enganação", pois a Enron é uma grande demonstração do colapso do conceito de grandes corporações nos EUA. "O que fica patente é que essas corporações crescem às custas de chantagens e atitudes pouco recomendáveis, além de uma série de manobras e processos escusos que acabam iludindo a opinião pública".

No dia que o executivo da Enron vendeu US\$ 300 milhões de suas ações, lembra Siqueira, chegou a recomendar aos seus funcionários e aos acionistas da petrolífera para que comprassem mais ações. Ou seja, recomprar as ações que a Enron estava vendendo — uma especulação, falta de escrúpulos e maucaratismo, que ficou

demonstrado na exibição do filme.

O segundo ponto destacado por Siqueira foi quanto à propaganda de que os EUA são eficientes no controle de riscos das corporações: "pura balela". O diretor da AEPET lembrou que a Enron se aproveitou das empresas controladoras de risco, inclusive a Arthur Andersen, que era uma das empresas mais conceituadas no ramo de auditoria, que foi indiciada pelo tribunal federal norte-americano sob a acusação de obstrução da justiça nas investigações sobre a falência da companhia de energia Enron. Conforme foi noticiado pela imprensa, em 2002, por causa do escândalo, a Andersen já teria perdido mais de 30 clientes, que em conjunto rendiam um faturamento de US\$ 100

milhões por ano. No mesmo caminho, seguem as hipotecas de imóveis ("subprimes"), que estão levando o sistema financeiro norte-americano ao fundo do poço, "o país está à beira de um colapso financeiro por conta da exploração descontrolada dos bancos sobre o mercado de capitais daquele país". Nesse sentido, ressaltou Siqueira, "não há mais modelo de controle de risco a ser copiado. Todos eles faliram, sobretudo nesses dois episódios: Enron e subprime".

### Desregulamentação do setor energético

O terceiro ponto foi em relação à desregulamentação do setor energético, defendido por um determinado comentarista naquele ciclo de palestra, na UFRJ. A Enron adquiriu as empresas tradicionais de eletricidade da Califórnia, que tinham cerca de 100 anos de bons serviços, incrementou a desregulamentação do setor e iniciou um processo de especulação com a energia elétrica distribuída, que levou aquele Estado ao "apagão". "A desregulamentação só favorece aos especuladores sem escrúpulos e o maucaratismo. Essa desregulamentação, possivelmente, levará os EUA a um colapso. A tese de que o mercado controla tudo com eficiência faliu. O mercado é autofágico e está destruindo o seu prin-

cipal mentor, que são os EUA", disse o diretor da AEPET.

Em relação ao Brasil, ele ressaltou, a importância da descoberta do campo de Tupi e demais áreas do pré-sal, que, segundo projeções, poderá ter uma reserva de cerca de 90 bilhões de barris, o que coloca o Brasil na quarta posição em reservas no mundo, ficando atrás somente do Oriente Médio. "Se o potencial do campo Tupi se confirmar, significará um patrimônio de US\$ 10 trilhões, pertencente ao povo brasileiro", ressaltou o engenheiro. Para ele, da forma como foi concebido o atual marco regulatório (Lei 9478/97), que foi implantado pelo governo FHC,

o país corre sérios riscos de entregar essas províncias às empresas estrangeiras explorarem e pagarem de 10% a 45%, apenas, para o Brasil, sem terem corrido nenhum à descoberta das referidas províncias, como, por exemplo, o campo Tupi. "A ANP, que é co-patrocinadora do ciclo de palestras sobre petróleo, é a maior defensora da continuidade dos leilões das nossas bacias sedimentares". "Uma agência reguladora norte-americana defende os interesses dos EUA. As agências reguladoras brasileiras (não conheço a atuação da ANCINE), notadamente, a ANP, ANEEL e ANATEL, são autarquias que estão a serviço dos interesses do capital estrangeiro, em detrimento dos interesses do povo brasileiro", observou Siqueira.

Nesse sentido, o diretor da AEPET propõe que a Lei 4978/97 deva ser alterada, urgentemente. Defende, também, que seja alterado o conceito de atuação das agências reguladoras. Ele lembrou que na ANP "há um representante direto da norte-americana Halliburton, que é o diretor Nelson Narciso, que tem atuado nos leilões daquela agência. Há ainda uma empresa subsidiária da Halliburton administrando os bancos de dados da ANP há 10 anos. Esses bancos de dados contam com informações cedidas pela Petrobrás. Ou seja, é a raposa tomando conta do galinheiro". (...) "Essas agências, na forma como estão atuando, não servem para o povo brasileiro". Tal tese defendi-

da por Siqueira, ganhou, naquele ciclo de palestras, o apoio de um novo funcionário concursado da ANP, que defendeu a ética no setor petrolífero nacional.

### O engodo do Banco Nacional

O sócio da AEPET, José Netto, que já presidiu o Núcleo da AEPET-Macaé, corroborando com Siqueira, lembrou que, dois dias antes do anúncio do colapso da Enron, foi discutido numa reunião do Conselho Deliberativo da AEPET a confiabilidade dos lucros que o ex-presidente da Petrobrás, Henri Phillipe Reichstul, apresentou na forma de balanço financeiro da estatal, antes da mega-venda de 28% das ações desta, na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Netto destacou, também, que a manipulação de números contábeis veio à luz do dia no caso do Banco Nacional. Ele quebrou nos meados da década de 1990, mas havia declarado lucros e pago os maiores dividendos de mercado aos acionistas, nos seus últimos 10 anos de vida. Uma posterior auditoria, demonstrou a falência do banco. "Atribui-se, então, o engodo do Banco Nacional à inferioridade tupiniquim em fiscalizar as empresas e os indicadores econômicos", ressaltou o petroleiro de Macaé. Ao final de 2001, continua Netto, veio a bancarrota da "lucrativa" Enron, empresa maior que a Petrobrás, naquele período. No caso da Enron, também foi atribuída culpa à incapacidade estadunidense de controle da contabilidade das suas empresas. "Parece que é sempre este o motivo, e ninguém pensa um pouco mais sobre o assunto. A norte-americana Enron foi o primeiro sinal de uma longa falência de um sistema de culto ao dinheiro e ao lucro na terra do dólar e lugar símbolo do sucesso do capitalismo", avaliou Netto.

José Netto analisa que este culto ao dinheiro (ou ao ouro) tem raízes históricas bem conhecidas. "Ele nasce da insegurança das pessoas comuns quanto a escassez de recursos ao longo do tempo. Tal situação mantém o homem comum inseguro. As elites (banqueiros, por exemplo) criaram uma ciranda para dominar os esforços da sociedade", reforçou. Para exemplificar, concretamente, tal artimanha das elites, Netto nos brinda com a declaração de Mayer Rothschild, um dos Iluminados da Baviera, "Donos do mundo", em Armindo Abreu, *p.177: "Dêem-me o controle do banco central de qualquer país e não me interessa quem venha a fazer o restante de suas leis"*.

